

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBAMA / CEPSUL

**PROJETO: CONSCIENTIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS
MEDIDAS DE ADMINISTRAÇÃO PESQUEIRA.**

**Situação da Pesca Artesanal no
Estado de Santa Catarina.**

(RELATÓRIO FINAL)

EXECUÇÃO: **IBAMA / CEPSUL**
EPAGRI

PERÍODO: MARÇO / NOVEMBRO
ITAJAÍ
1992

PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS MEDIDAS DE ADMINISTRAÇÃO PESQUEIRA

SITUAÇÃO DA PESCA ARTESANAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

APRESENTAÇÃO

Este documento tem origem nas reais manifestações dos pescadores artesanais e dos segmentos representativos do setor, registradas por ocasião das reuniões realizadas ao longo da costa litorânea catarinense, em cumprimento à Fase II do Projeto: "CONSCIENTIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS MEDIDAS DE ADMINISTRAÇÃO PESQUEIRA".

Para uma melhor compreensão e entendimento do extenso rol dos problemas levantados, procurou-se ordená-los por assunto afins, dentro de quatro grandes áreas, a saber:

- 1- Problemas relativos a legislação pesqueira;
- 2- Problemas de infraestrutura física;
- 3- Problemas relacionados com a fiscalização e
- 4- Problemas relativos a infraestrutura de apoio institucional.

Na necessidade de esclarecimentos a cerca de qualquer problema levantado, informamos que os documentos originais provindos do setor, encontram-se à disposição com os técnicos do CEPESUL e EPAGRI S.A.

INTRODUÇÃO:

O Estado de Santa Catarina com 531 Km. de litoral possui uma intensa atividade pesqueira tanto a nível industrial, como artesanal. O litoral em virtude da diversificação de ambientes e de apresentar inúmeras áreas de criadouros naturais, é responsável pela presença de uma grande abundância de recursos pesqueiros, representados por peixes, crustáceos e moluscos.

Estas características fizeram com que, ao longo das últimas décadas a pesca artesanal represente para o Estado um dos mais importantes segmentos da economia e de ocupação da região litorânea. O desenvolvimento da pesca artesanal é responsável pelo destaque que Santa Catarina possui no setor pesqueiro nacional, sendo o pescador catarinense considerado o mais capacitado e procurado do País.

A importância deste profissional como responsável pelo desenvolvimento das áreas costeiras e conseqüentemente pela fixação das respectivas famílias nestas áreas, fez com que o governo estadual, sucessivamente, dedicasse atenção especial a estes produtores. A criação de organismos estaduais de extensão e pesquisa, foi responsável pela organização e apoio à pesca artesanal gerando mecanismos que possibilitaram o desenvolvimento do setor porém, sofrendo solução de continuidade e sujeito às inconstantes administrações. Estes organismos enfrentam todas as dificuldades inerentes a falta de uma política específica dirigida ao setor.

Por outro lado, o Governo Federal, não obstante, o esforço despreendido pelos técnicos lotados nas instituições federais, possui as mesmas, senão maiores dificuldades para desenvolver junto ao segmento artesanal os trabalhos necessários à manutenção desta atividade.

Em consequência destas dificuldades, o setor atravessou, nos últimos anos, períodos de desenvolvimento mesclados com outros de completo abandono por parte dos órgãos competentes, o que resultou em um quadro preocupante, tendo em vista os sérios problemas enfrentados pelas comunidades pesqueiras.

Esta situação foi evidenciada por pesquisadores do CEPESUL durante os anos de 1990/91, por ocasião da execução do projeto de Catalogação das Artes de Pesca do Estado de Santa Catarina, onde foram realizadas visitas a todas as comunidades pesqueiras do litoral. Problemas relacionados à falta de informações sobre a legislação pesqueira, infra-estrutura de apoio em terra e institucional, poluição dos mananciais e fiscalização, evidenciaram a necessidade de se estabelecer em definitivo um programa de esclarecimento e apoio à pesca artesanal, que procurasse levantar a situação atual dessa atividade e levar às autoridades responsáveis as dificuldades que o setor está enfrentando.

Sensibilizados com esta realidade os departamentos técnicos do IBAMA/CEPSUL e EPAGRI, desenvolveram o projeto de Conscientização e Divulgação das Medidas de Administração Pesqueira, o qual ao longo do ano de 1992 procurou detectar os principais focos que obstaculizam esta atividade, realizando um trabalho inédito a nível de Brasil, integrando as diversas instituições ligadas a pesca artesanal e realizando um levantamento completo, de sul a norte do Estado, ouvindo os pescadores em seus locais de trabalho e com eles debatendo as sugestões para a melhoria das atuais estruturas hoje existentes.

Para o êxito do trabalho foram contactadas outras instituições como a Fundação de Amparo ao Meio Ambiente e a Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina que, como instituições

diretamente ligadas aos problemas da pesca, estão potencialmente envolvidas no projeto e são, portanto, indispensáveis para o alcance dos objetivos finais do mesmo.

A oportunidade de, conjuntamente, governos municipais, estadual e federal desenvolverem esforços para solucionar os entraves que ora se apresentam, é única e acreditamos que este documento se torne o mecanismo de avaliação e orientação para as medidas a serem tomadas doravante.

O projeto foi dividido em tres fases, sendo o presente relatório referente a fase final onde é apresentado todo o levantamento realizado, bem como, as conclusões e recomendações encontradas para amenizar a problemática enfrentada por nossos pescadores artesanais.

OBJETIVOS:

1. Capacitar os segmentos representativos das comunidades pesqueiras (agentes de extensão, agentes de fiscalização, dirigentes de colonias e lideranças comunitárias) sobre as medidas de administração pesqueira.
2. Divulgar e orientar, nas comunidades pesqueiras, as medidas de administração instituídas.
3. Identificar por regiões homogêneas de pesca, os principais focos de problemas que obstaculizam o desenvolvimento da atividade.
4. Promover a integração dos órgãos envolvidos na atividade pesqueira.

O projeto foi desdobrado em tres fases distintas, compreendendo a apresentação do projeto e palestras de esclarecimentos sobre assuntos pesqueiros (1a fase), visitas da equipe técnica às comunidades pesqueiras para levantamento "in loco" dos problemas apresentados pelos representantes dos pescadores em reuniões regionais ocorridas em Laguna, Itapema e S. Francisco do Sul (2a fase), e apresentação dos resultados e recomendações às autoridades competentes municipais, estaduais e federais para a elaboração de um programa definitivo para a pesca artesanal no Estado (3a fase).

O relatório da 1a FASE (anexo 1) descreve as atividades desenvolvidas bem como a metodologia utilizada, cronograma das etapas do trabalho durante o primeiro período e também o cronograma das reuniões regionais considerada a fase 2 do projeto.

Durante esta segunda fase a equipe travou contato direto com os pescadores em seus locais de trabalho, vivenciando suas dificuldades e procurando, dentro do possível, orientá-los na resolução de problemas mais urgentes e possíveis de resolver, integrar os agentes de extensão da pesca da EPAGRI no projeto, bem como os agentes de fiscalização do Estado e do IBAMA.

Deste trabalho resultou uma longa lista de reivindicações, envolvendo vários aspectos relacionados com a atividade artesanal, as quais são apresentadas independentemente de região e classificadas como grupos de "problemas" a serem enfrentados.

1). PROBLEMAS RELATIVOS À LEGISLAÇÃO PESQUEIRA

A legislação pesqueira representa hoje um dos grandes problemas enfrentados pelos pescadores artesanais. A falta de divulgação das portarias, a quantidade excessiva das mesmas, licenciamento de embarcações, defesos inadequados ou mal administrados sem o devido esclarecimento às comunidades,

conflitos entre pescadores artesanais e amadores, perda de áreas de pesca com a implantação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, são exemplos de entraves levantados pelos pescadores.

Torna-se necessário uma revisão do modelo de administração da pesca desenvolvido atualmente, principalmente no que se refere a eficiência e origem das medidas implementadas, muitas delas sem o embasamento técnico necessário, e atendendo a interesses particulares ou já defasadas, necessitando serem avaliadas na sua eficiência.

Uma visão holística dos problemas da pesca deve ser desenvolvida, pois não se pode mais considerar isoladamente os recursos pesqueiros tendo em vista os graves problemas ambientais enfrentados pelos ecossistemas costeiros e que põem em risco a manutenção e reposição dos estoques. De nada adianta implementar medidas de administração pesqueira em ambientes poluídos, pois sua eficiência estará condicionada à qualidade destes mananciais. Há que se considerar também os graves problemas sociais, advindos de medidas de administração sem o devido suporte das instituições responsáveis pelo desenvolvimento do setor.

2). PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA FÍSICA

O abandono verificado em certas comunidades artesanais evidenciam a necessidade de se intensificar esforços para amenizar os problemas enfrentados pelos pescadores, devido sobretudo a falta de infraestrutura de apoio em terra, como: ranchos comunitários, guinchos para puxada de embarcações, revenda de material de pesca, boxes para tratamento e comercialização de pescado, portos de atracação etc.

Verificou-se que algumas comunidades possuem apenas parte destas infraestruturas e, em função disto, desfrutam de melhores condições para desenvolverem suas atividades. Por outro lado, constatou-se que em outros, há ausência total de uma organização mínima que permita ao pescador o acesso necessário às condições de melhoria de sua atividade e, conseqüentemente, de seu padrão de vida.

Com o desenvolvimento da atividade turística no Estado e por conseguinte, a ocupação das áreas litorâneas pela especulação imobiliária, o pescador artesanal já não possui locais específicos para que possa aportar suas embarcações e realizar as fainas de terra com a necessária tranquilidade. A destinação de áreas pelo poder público para uso comum e exclusivo dos pescadores constitui-se em uma das mais legítimas reivindicações apresentadas durante o desenvolvimento do projeto.

3). PROBLEMAS RELACIONADOS COM A FISCALIZAÇÃO

Foi sem dúvida o maior problema levantado durante o trabalho. Independente da região verificou-se a desestruturação total dos mecanismos de fiscalização do Estado. Tanto o IBAMA como a FATMA, enfrentam toda uma série de dificuldades identificadas pelos próprios pescadores, que vão desde a ausência total da fiscalização em certos locais, até o despreparo dos fiscais no exercício da função.

Além da falta de fiscalização para o cumprimento das portarias ora existentes, os pescadores reclamam intensamente dos problemas de poluição que estão se tornando cada dia mais evidentes e difíceis de controlar. De norte a sul do Estado observou-se que a urbanização das áreas próximas aos mananciais hídricos (lagoas, lagunas, rios, desembocaduras), sem o devido controle de saneamento

por parte dos órgãos responsáveis, vem contribuindo intensamente para a degradação destes ambientes.

A falta de esclarecimentos e divulgação das portarias que regulamentam a pesca é outro fator que compromete o trabalho da fiscalização. Devido a dificuldade de acesso aos meios de comunicação ou mesmo a grande distância até um órgão de representação da pesca, o pescador não raro é surpreendido praticando pesca ilegal, às vezes sem conhecimento da legislação.

4. PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA DE APOIO INSTITUCIONAL

4.1. PESQUISA E ORDENAMENTO: Responsável por uma pesca considerada costeira e as vezes interior, a pesca artesanal atua sobre áreas consideradas criadouros naturais e conseqüentemente sujeitas a uma regulamentação pesqueira mais intensa e diversificada. Existem portarias regulamentando épocas de pesca (defesos), áreas de pesca, tamanho de malhas, etc. O pescador, em função destas limitações, vê-se sem alternativas para o sustento de sua família, ocorrendo aí as infrações quando surpreendidos pescando irregularmente.

A falta de uma política de apoio ao pescador artesanal que lhe dê alternativas durante as paradas obrigatórias está diretamente ligada a ausência de pesquisa de métodos alternativos, como também uma linha de crédito com encargos compatíveis com a atividade pesqueira artesanal. As poucas iniciativas até hoje levadas a efeito tiveram bons resultados e ótima aceitação por parte dos pescadores artesanais, como por exemplo, a introdução da mitilicultura realizada por técnicos da EPAGRI com o acompanhamento técnico-científico da UFSC. O Estado de Santa Catarina é pioneiro na produção de mariscos de cultivo no Brasil.

O acompanhamento estatístico indispensável para a avaliação das pescarias que era realizado por uma rede de coleta de dados básicos da antiga SUDEPE também foi desativado há cerca de 8 anos. Este fato acarretou a interrupção no fornecimento da produção pesqueira artesanal aos órgãos de pesquisa e arrecadação, havendo, hoje um desconhecimento generalizado do que se produz em quantidade e qualidade no Estado.

4.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO PESQUEIRA: O distanciamento entre os órgãos que atuam no setor nos últimos anos, agravou consideravelmente os problemas na atividade pesqueira.

Na esfera estadual, as reformas administrativas ocorridas nos órgãos vinculados à Secretaria da Agricultura, culminaram com a extinção de vários órgãos, dentre eles, a ACARPESC, que executava o serviço de extensão pesqueira. Estas reformulações ocasionaram a quebra do elo de ligação entre a pesquisa, extensão, órgãos da classe e pescadores artesanais.

Ficou claramente evidenciado nas visitas dos técnicos do CEPESUL/IBAMA e EPAGRI às comunidades pesqueiras que, tanto os órgãos de classe (colonias de pescadores) como os pescadores encontram-se desamparados e desestimulados.

Com a municipalização da agricultura, os municípios da região litorânea não conseguiram se estruturar e montar um programa de apoio à pesca a nível municipal, pois praticamente todas as ações dependem de decisões normativas dos Governos Estadual e federal.

Pelo fato de ser uma atividade extrativa a pesca necessita de constante acompanhamento e avaliação. Dependendo do comportamento das pescarias, em determinada região, novas medidas de administração podem ser adotadas contrárias às que estão em vigor.

Devido a estas peculiaridades é desnecessário dizer que o elo de ligação entre a pesquisa e a extensão deve ser fortalecido para que as informações referentes a atividade pesqueira sejam repassadas aos municípios e conseqüentemente ao pescador artesanal.

Para organizar e viabilizar economicamente a pesca artesanal, é necessário um esforço concentrado de todas as instituições ligadas a atividade, contemplando um trabalho sério que resgate a credibilidade destas, junto ao setor pesqueiro.

4.3. ORGANIZAÇÃO DA CLASSE: As colônias de pescadores distribuídas ao longo do litoral são as legítimas representantes da classe junto aos órgãos oficiais. No Estado de S.C. Existem 20 Colônias que são congregadas a uma Federação. Verificou-se que em muitas Colônias há um bom atendimento aos pescadores e familiares, principalmente na área de saúde. Na prestação de serviços relacionados diretamente com a atividade, constatou-se muitas deficiências, principalmente por falta de recursos financeiros, assessoramento técnico, administrativo e jurídico, bem como estrutura física e de pessoal. A falta de recursos financeiros e a desorganização da classe nos últimos anos, vem agravando a situação destas instituições, muitas delas sobrevivendo graças ao empenho de grupos de lideranças comunitárias.

Há necessidade de um trabalho de reestruturação das Colônias de pesca, para que as mesmas cumpram seus objetivos, no atendimento dos interesses da classe.

5. RECOMENDAÇÕES:

Este documento evidencia a necessidade de se realizar um esforço conjunto interinstitucional, com o objetivo de encontrar as respostas para as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais. Por este motivo recomenda-se que:

a)- Seja a apresentação deste documento precedida de um debate entre técnicos das instituições envolvidas, onde serão propostas as recomendações finais para o atendimento das reivindicações apresentadas pelos pescadores.

b)- Sejam os resultados deste projeto apresentados em plenário às autoridades Federais, Estaduais e Municipais, para que as mesmas ao tomarem conhecimento dos problemas e recomendações, possam determinar e viabilizar as ações necessárias para a resolução da problemática do setor.

c)- Que os órgãos ligados a atividade, orientadas pelas necessidades evidenciadas neste documento se estruturam adequadamente para o desenvolvimento das linhas de ação a serem definidas.

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Francisco M. O. Neto - EPAGRI S.A.

Manoel da Rocha Gamba - IBAMA/CEPSUL

Marco Aurélio Bailon - IBAMA/CEPSUL

Roque A. Ogliari - EPAGRI S.A.

ANEXO I

PROJETO DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE ADMINISTRAÇÃO PESQUEIRA

RELATÓRIO DA PRIMEIRA FASE

INTRODUÇÃO: Um dos grandes, senão o maior problema que está a conduzir a atividade pesqueira à inviabilidade econômica é, sem dúvida, o uso desordenado dos recursos disponíveis. É flagrante a inobservância das medidas fundamentais de administração pesqueira, tanto pelo setor industrial, que opera com suas embarcações em todas as distâncias da costa, como pelo setor considerado como artesanal ou de pequena escala que opera maciçamente nas áreas de criadouros naturais.

A falta de uma consciência preservacionista no meio pesqueiro decorre, principalmente do despreparo do pescador para o exercício da pesca e da desatenção do poder público para o setor.

O presente projeto teve como inspiração experiências de campo realizadas pela equipe de tecnologia de pesca do CEPSUL, durante a execução do projeto de catalogação das artes de pesca artesanais do estado de Santa Catarina realizado em 1990/91, onde se verificou a total ignorância por parte do setor produtivo das medidas de administração pesqueira e o porquê de tais medidas serem estabelecidas.

Originalmente o projeto previa a realização de palestras de campo e apresentação de vídeos para as comunidades pesqueiras e confecção de cartazes, porém após contatos com a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA (EPAGRI), o projeto foi reformulado e procurou-se utilizar uma metodologia diferenciada da inicialmente proposta.

Foram contactadas outras instituições como a Fundação de Amparo e Tecnologia ao Meio Ambiente (FATMA) e a Federação dos Pescadores do estado de Santa Catarina (FEPESC) que, como instituições diretamente ligadas aos problemas da pesca estão potencialmente envolvidas no projeto e são indispensáveis para o alcance dos objetivos finais do mesmo.

O projeto foi dividido em três fases, sendo que o presente relatório refere-se a primeira fase, cujas atividades estão descritas a seguir.

OBJETIVOS:

1. Capacitar os segmentos representativos das comunidades pesqueiras (agentes de extensão, agentes de fiscalização, dirigentes de colônias e lideranças comunitárias) sobre as medidas de administração pesqueira.
2. Divulgar e orientar, nas comunidades pesqueiras, as medidas de administração instituídas.
3. Identificar, por regiões homogêneas de pesca, os principais focos de problemas que obstaculizam o desenvolvimento da atividade.

4. Promover a integração dos órgãos envolvidos na atividade pesqueira.

OPERACIONALIZAÇÃO

A primeira etapa levada a efeito no mês de junho teve a participação efetiva dos seguintes órgãos:

EPAGRI - Empresa de Pesquisa e difusão de Tecnologia do Estado de Santa Catarina.

IBAMA/CEPSUL - Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira das Regiões Sudeste/Sul.

FEPESC - Federação das Colônias de Pescadores do Estado de Santa Catarina.

SAAI - Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Irrigação do Estado de Santa Catarina.

FATMA - Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente.

Para a execução dos objetivos propostos no projeto durante o mês de maio, foram realizados vários encontros e reuniões nos municípios de Itajaí e Florianópolis com as diretorias dos órgãos envolvidos, quando na oportunidade foram programadas todas as etapas do projeto, bem como as responsabilidades de cada órgão na participação durante todo o processo de execução. Abaixo, o cronograma das metas projetadas.

TREINAMENTO	No	LOCAL	DATA	DURAÇÃO
Agentes de extensão	25	CEPSUL/ITAJAÍ	04/06/92	08 hs.
Dirigentes de colônias	60	“	17/06/92	08 “
Agentes de fiscalização	50	“	26/06/92	08 “

FASE II	DATA	PERÍODO
- Levantamento e avaliação da legislação Pesqueira.	Julho	20 dias
- Identificação “in loco” dos problemas regionais do setor.	Julho/Agosto	60 dias

FASE III	DATA	PERÍODO
- Divulgação das medidas de administração (dias de campo)	Julho/Dez.	05 meses
- Elaborar projetos de desenvolvimento da pesca (com base na identificação dos problemas) e após a legitimação pelas comunidades.	Set./Out.	02 meses
- Adequar a legislação pesqueira (com base no levantamento e avaliação).	Dezembro	20 dias

PRIMEIRO CICLO DE PALESTRAS

PARTICIPANTES: Técnicos de nível médio e superior da EPAGRI.

DATA DA REALIZAÇÃO: 04/06/92

LOCAL: Auditório do CEPSUL/ITAJAÍ

DURAÇÃO: 08 horas.

No de participantes: 45

Conforme agenda, às 9:00 horas teve início o programa que contou com a participação de profissionais da EPAGRI (extensionistas de pesca) de todos os municípios litorâneos do Estado de Santa Catarina, ou seja do extremo Norte, no município de Garuva ao extremo Sul, no município de São João do Sul.

SEGUNDO CICLO DE PALESTRAS

PARTICIPANTES: Dirigentes de Colônias de Pescadores do Estado de Santa Catarina.

Local: Auditório do CEPSUL/ITAJAÍ

DATA DA REALIZAÇÃO: 17/06/92

DURAÇÃO: 08 HORAS.

NO DE PARTICIPANTES: 40

Participaram dirigentes de 14 Colônias do Estado, além do Presidente da Federação das Colônias de SC, o que correspondeu a 66 % das Colônias existentes no Estado.

TERCEIRO CICLO DE PALESTRAS

PARTICIPANTES: Agentes de Fiscalização da FATMA e IBAMA

LOCAL: Auditório do CEPSUL/ITAJAÍ

DATA DA REALIZAÇÃO: 26/06/92

DURAÇÃO: 08 horas

No DE PARTICIPANTES: 65

A exemplo do primeiro ciclo de palestras, houve a participação dos fiscais de todos os municípios do litoral catarinense que atuam na área da pesca, bem como dirigentes da FATMA e representantes do POCOF de Itajaí e SUPES/SC.

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA COORDENAÇÃO, PREPARAÇÃO E PALESTRANTES:

Philip Charles Conolly	-	Chefe do IBAMA/CEPSUL
Marco Aurélio Bailon	-	Pesquisador do CEPSUL
Manoel da Rocha Gamba	-	" " "
Luiz Fernando Rodrigues	-	" " "
Ana Maria Rodrigues	-	" " "
Genesio Nollí Filho	-	Procurador " IBAMA/SC
Ademar Ubirajara Vieira	-	" " "
Roque A. Ogliari	-	Técnico da EPAGRI
Astor Gruman	-	" " "
Francisco M. O. Neto	-	" " "
Ivo da Silva	-	Presid. Federação das Colônias
Paulo R. Soer	-	Diretor da Delegacia MTPS - SC
Nelson L. Fidelis Filho	-	Técnico da FATMA
Alfredo M. Filomeno	-	" " "
Darci O. Senge	-	" " "
Julia de Lourdes Chini	-	" " "
Ecleacir Nunes	-	IBAMA/POCOF/ITAJAÍ

ANEXO II

ORDENAMENTO DOS PROBLEMAS DA ÁREA DE PESCA LEVANTADOS PELOS PESCADORES NAS REUNIÕES REGIONAIS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

I - Problemas relativos à legislação

1. Safra de camarão sete-barbas prejudicada pela Portaria do Defeso do camarão (Navegantes/Balneário Camboriú).
2. Exigência do IBAMA de declaração de outro pescador para habilitação de pescador profissional (Navegantes).
3. Liberação pelo IBAMA de aparelhos de pesca apreendidos, à revelia da legislação vigente (Navegantes).
4. Falta de informação sobre Legislação Pesqueira (Barra Velha/Laguna).
5. Dificuldades em registrar o produto da pesca no SIF para comercialização (Barra Velha).
6. Defeso do camarão deve ser feito em períodos alternados (Barra Velha).
7. Necessidade de regionalização da Legislação Pesqueira (São Francisco do Sul).
8. Período de defeso do camarão na Baía da Babitonga não é correto (São Francisco do Sul).
9. Malhas das redes de caceio para camarão devem ser de no mínimo 5 cm. (nó a nó) (São Francisco do Sul).
10. Ausência total de informações por parte do IBAMA sobre principalmente, a importância das Licenças de Pesca (São Francisco do Sul).
11. Eliminação total da pesca com "gerival" na Baía da Babitonga (São Francisco do Sul).
12. Cerca de 20 embarcações da localidade de Pinheira operam no arrasto do camarão sem a devida Permissão de Pesca (Palhoça).
13. Pesca predatória do camarão com tarrafa e engodo na Barra do Sambaqui (Florianópolis).
14. Período de defeso do camarão está incorreto para a Baía Norte (Florianópolis).
15. Pesca com redes de espera na Barra Sul da Ilha (Florianópolis).
16. Limite inadequado para a pesca de caceio e tarrafa na Baía Sul (Florianópolis).
17. Liberação indiscriminada de carteiras de pescador profissional para quem não vive da pesca (Florianópolis).
18. Falta de legalização e regulamentação definitiva do aparelho de pesca denominado "bermunça" (Florianópolis).
19. Captura do sirí na época da desova (outubro a novembro) na Lagoa da Conceição (Florianópolis).
20. Tamanho mínimo de 7 cm estabelecido para as malhas das redes de peixes na Lagoa da Conceição, inviabiliza a pesca do parati (Florianópolis).

21. Defeso da enchova é inadequado para a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis).
22. Distância estabelecida para as redes de caça e malha na safra da tainha é inadequada para alguns pontos da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis).
23. Malha dos cercos flutuantes estão capturando peixes muito pequenos (Florianópolis).
24. Falta de melhores esclarecimentos aos pescadores amadores sobre os locais permitidos para o uso de tarrafas (Florianópolis).
25. Atuação de grandes embarcações na Baía NORte na pesca da manjuba está prejudicando a pesca com redes de malha (Biguaçú).
26. Reserva Biológica Marinha do Arvoredo está prejudicando modalidades de pesca que não capturam as espécies sedentárias daquele ecossistema (Gov. Celso Ramos/Porto Belo/Itapema).
27. Falta de um balizamento permanente para proibir qualquer tipo de pesca nos baixios da Baía de Tijucas (Gov. Celso Ramos).
28. Inclusão inadequada do camarão sete-barbas no defeso do camarão rosa (Gov. Celso Ramos).
29. Excesso de burocracia para requerimento de áreas de cultivo de moluscos (Gov. Celso Ramos).
30. Falta de Legislação para Maricultura (Gov. Celso Ramos).
31. Excessivo número de pescadores profissionais estão sendo inscritos a cada ano (Itapema).
32. Extinta SUDEPE gerou expectativas de licenciamento dos pescadores de camarão com cadastramento dos mesmos (B. Camboriú).
33. Grande número de embarcações não possuem o registro do IBAMA (Passo de Torres).
34. Necessidade de uma Portaria específica para a pesca com redes de aviãozinho na Lagoa do Sombrio (Sombrio).
35. Espaços reduzidos para se pescar no limite da Barra (distância entre balizas deveria ser maior) (Araranguá).
36. Excesso de cabos fixos de redes fundeadas com âncora nas praias (Araranguá/Içara/Sombrio).
37. Ausência de uma regulamentação que permita a utilização de rede com malha de 3,5 cm. para peixe-rei (Jaguaruna).
38. Defeso do camarão na Lagoa não deve ser no verão (Laguna/Imaruí/Imbituba).
39. Legislação básica está totalmente desatualizada. (Laguna).
40. Malha de 3 cm. para aviãozinho é impraticável (Laguna/Imaruí).
41. Ausência de uma Portaria específica para a Lagoa do Noca está prejudicando iniciativa de organização dos pescadores (solicitação já feita ao IBAMA/SC, sem resposta).
42. Grande número de redes de espera nos costões (Imbituba).
43. Rede de espera com calão deveria ser permitida durante todo o ano, retirando-se somente na hora que o arrasto for cercar o peixe (Jaguaruna).

II - Problemas de Infraestrutura Física

1. Dificuldade de atracação das embarcações artesanais no Bairro São Pedro, por falta de um trapiche (Navegantes).
2. Assoreamento dos portos de atracação no Bairro São Pedro (Navegantes).
3. Necessidade de uma infraestrutura comunitária para manuseio, beneficiamento e estocagem do pescado no Bairro São Pedro (Navegantes).
4. Necessidade de um guincho para puxar as embarcações em Itajuba (Barra Velha).
5. Necessidade de um rancho comunitário para conserto de embarcações e petrechos de pesca em Itajuba (Barra Velha).
6. Ausência de mercado de peixe em Itajuba, Barra Velha-sede, Itapema do Norte, Barra do Saí e Pontal da Figueira (Barra Velha/Itapoá).
7. Necessidade de melhoramento do Porto (Molhe de Pedra) (Barra Velha).
8. Falta de posto de venda de materiais de pesca para atendimento aos pescadores em Barra do Sul (Araquari/São Francisco do Sul).
9. Falta de um Terminal Pesqueiro para os barcos da frota artesanal (São Francisco do Sul).
10. Necessidade de um Entrepasto de Pesca na Enseada (São Francisco do Sul).
11. Necessidade de instalação na Colônia de posto de revenda de peças e motores. (Itapoá)
12. Necessidade de destinação pelo poder público de áreas específicas para o exercício da pesca em Pontal, Itapema do Norte e Barra do Saí (Itapoá).
13. Assoreamento da Barra do Rio Ratoles em função das comportas (Florianópolis).
14. Despejo de pedras na praia dos Ingleses está prejudicando o acesso dos pescadores (Florianópolis).
15. Pescadores da praia dos Ingleses estão sendo ameaçados de desocupação da área dos ranchos por proprietários (Florianópolis).
16. Acesso às praias estão sendo bloqueados pelos turistas (Gov. Celso Ramos/Imbituba).
17. Falta de saneamento básico e tratamento da água nas localidades pesqueiras (Gov. Celso Ramos/Içara/Araranguá/Sombrio/São João do Sul).
18. Falta de infraestrutura de apoio à pesca artesanal (Itapema).
19. Necessidade de continuidade dos molhes do lado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (São João do Sul/Passos de Torres).
20. Ausência de um sistema de comportas prejudica a entrada e saída de peixes durante a preamar no braço morto do Rio Mampituba (São João do Sul/Passos de Torres).
21. Aterro clandestino para construção de residências ao longo da margem da Lagoa do Sombrio (Sombrio).
22. Ausência de transporte coletivo na Comunidade de Lagoinha (Sombrio).
23. Retirada indiscriminada de areia de dunas (Sombrio).

24. Necessidade de construção de comportas na Barrinha para aumentar o nível da água da Lagoa do Sombrio (Sombrio).

25. Construções clandestinas estão invadindo área da Lagoa de Ibraquera (Imbituba).

26. Assoreamento intenso da Lagoa do Siriú e do canal da Lagoa de Garopaba (Garopaba).

III - Problemas Relacionados com a Fiscalização

1. Fiscalização da pesca pouco abrangente e com fiscais despreparados para a função (Navegantes/Palhoça).

2. IBAMA e FATMA não estão se entendendo na fiscalização da pesca (Navegantes).

3. Necessidade de uma Inspeção ou Posto de Fiscalização da Pesca em Barra Velha ou região (Barra Velha).

4. Presença constante de barcos da frota industrial na área de pesca artesanal (Barra Velha/São Francisco do Sul/Florianópolis/Araranguá).

5. Falta de estrutura de equipamentos e de pessoal para a fiscalização (São Francisco do Sul).

6. Falta total de fiscalização da pesca (Itapoá).

7. Áreas utilizadas para cultivo de mexilhões na praia da Pinheira estão desordenadas, prejudicando a atividade do pescador e o ancoradouro das embarcações (Palhoça).

8. Apesar de proibida a pesca de arrasto na Baía Sul é intensa (Palhoça).

9. Intensa pesca predatória com redes de saco na ponte entre Daniela e Jurerê (Florianópolis).

10. Pesca de mergulho na Baía Sul (Florianópolis).

11. Apesar de proibida a pesca de arrasto ainda é exercida na Lagoa da Conceição (Florianópolis).

12. Pesca de isca-viva muito próxima aos costões e praia (Florianópolis/Gov. Celso Ramos/Porto Belo).

13. Excesso de amadores pescando entre os pescadores profissionais nas lagoas e baías da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis).

14. Despejo de esgoto na praia dos Ingleses (Florianópolis).

15. Falta de fiscalização nas proximidades da Barra de Biguaçu (Biguaçu).

16. Fraca fiscalização nos períodos de defeso (Gov. Celso Ramos).

17. Falta total de fiscalização sobre a pesca de arrasto na Baía de Tijucas (Gov. Celso Ramos).

18. Permanência da pesca de camarão com redes de arrasto na Baía de Porto Belo (Porto Belo).

19. Falta de fiscalização mais eficiente (Itapema/B. Camboriú).

20. Atuação desumana de alguns fiscais de pesca (B. Camboriú).

21. Ausência de fiscalização no braço morto do Rio Mampituba, mesmo com um Posto de Fiscalização ao lado do local (São João do Sul).

22. Poluição na Lagoa do Sombrio causada por postos de gasolina, fecularia e depósito de gás

(Sombrio).

23. Poluição indiscriminada do rio Araranguá (Araranguá).
24. Excessivo número de animais soltos causando doenças na população (Araranguá).
25. Retirada excessiva de areia das dunas por parte da Prefeitura Municipal (Araranguá).
26. Presença de pescadores amadores sem documentação pescando na plataforma de Içara (Içara).
27. Falta de estrutura e de pessoal na fiscalização da pesca da região de Araranguá. Sugere-se a lotação de dois fiscais de fora da comunidade em cada Colônia (Araranguá/Sombrio/Santa Rosa do Sul/São João do Sul).
28. Falta de fiscalização nas praias (Jaguaruna).
29. Poluição generalizada no complexo lagunar (Laguna).
30. Redes apreendidas não estão sendo liberadas pela fiscalização (Laguna).
31. Grande número de pescadores amadores competindo com os profissionais (Laguna).
32. Fiscais de pesca não habilitados (Laguna).
33. Destruição de manguezais (Laguna).
34. Providências com relação a poluição causada na Lagoa por um posto de gasolina está parada (Laguna).
35. Produtos altamente poluentes são vendidos sem qualquer controle (Imaruí).
36. Fazendas estão abrindo valas para escoamento na Lagoa Mirim, causando poluição (Imbituba).
37. A fiscalização da pesca está privilegiando determinados grupos de pescadores (Imbituba).
38. Poluição química na Lagoa de Garopaba (Garopaba).
39. Poluição do rio que desemboca na praia de Garopaba (Garopaba).
40. Salgas estão jogando grandes quantidades de resíduos ao mar (Navegantes).

IV - Problemas Relativos à infraestrutura de Apoio Institucional

1. Extensão pesqueira está abandonada (Barra Velha).
(Palhoça).

21. Convênio IBAMA/FEPESEC para habilitação dos pescadores através das colônias, foi desativado há cerca de 3 meses sem motivo justo (Palhoça/Gov. Celso Ramos/etc.).

22. Falta apoio governamental às Colônias para melhor atenderem seus associados nas áreas de assistência Médica, odontológica e repasse de insumos à pesca (Gov. Celso Ramos).

23. Condomínio de Pescadores de Araranguá foi criado para atuar (à revelia da legislação) na pesca do bagre por iniciativa e apoio do Governo do Estado (Araranguá).

24. Centralização dos serviços do IBAMA em Laguna para atendimento aos pescadores da região. Quando ocorre o deslocamento de um funcionário para atendimento no município, a Colônia tem se obrigado a custear as despesas como diária, hospedagem e alimentação. (Içara/Araranguá/

Sombrio/São João do Sul).

25. Falta de informação sobre a aposentadoria do homem e da mulher pescadora (Sul do Estado).

26. Falta de apoio dos órgãos para promover retirada das âncoras, utilizadas na pesca (desautorizada pela Agência da CP/SC em Laguna no ofício No 0187 de 29/09/92) (Jaguaruna).

27. Falta providência dos órgãos competentes sobre os barcos arrasteiros que danificam as redes de espera dos pescadores sem dar a menor satisfação (Laguna).

28. Colônia de Pescadores dispõe de sala, funcionário e telefone para o funcionamento de um posto do IBAMA. Entretanto não houve manifestação de interesse por parte do órgão (Imbituba).

29. Necessidade de manutenção do seguro-desemprego durante os períodos de defeso das espécies de pescados (Navegantes).

30. Atendimento médico é realizado somente uma vez por semana das 16:00 às 18:00 horas (Araranguá).